



CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

Unicesumar
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

HISTÓRIA

Prof. Biro

UMA HISTÓRIA TUPINIQUIM

“O Brasil não é para principiantes”, disse Tom Jobim, um dos grandes nomes da nossa música. Também pudera, somos formados por uma imensidão de grupos.

Situado ao sul do continente americano, colonizado por portugueses, composto por uma população majoritariamente cristã (católicos correspondem a 64,6% e evangélicos a 22,2%), tendo um longo passado escravagista (indígenas e africanos), é impossível não olharmos o nosso presente pelo nosso passado.

A história do Brasil se divide nas seguintes fases:

- Brasil Colônia (quando pertencíamos a Portugal) 1500 – 1822.
- Brasil Império (quando nos tornamos independente) 1822 – 1889.
- Brasil República (quando passamos a ter presidente) 1889 – até os dias atuais.

Já na história econômica, o Brasil teve as seguintes fases:

- Ciclo do pau-brasil (1500 – 1532).
- Ciclo da cana-de-açúcar (1532 – 1693).
- Ciclo do ouro (1693 – 1780).
- Ciclo do café (1830 – 1930).
- Industrialização (desde 1930).

Embora temos a nona maior economia do mundo, com um Produto Interno de Bruto (PIB) de \$ 1,772,589 trilhões, temos um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) bem distante, algo em torno de 0,754 em uma escala que vai de 0 a 1, o que nos confere o lugar de 79º entre 188 nações do ranking.

PIB

Produto Interno Bruto é a soma de riquezas geradas por um país.

IDH

Índice de Desenvolvimento Humano é a capacidade de um país nos quesitos de expectativa de vida, educação e PIB.

É possível explicar o nosso presente pelo passado? Ou Cazuza estava certo quando disse que via “o futuro repetir o passado?”. É o que tentaremos ver nas próximas aulas.

FASE 1. AMÉRICA PORTUGUESA OU BRASIL COLÔNIA.

Os dois termos são aplicados como possíveis explicações para o surgimento do Brasil enquanto nação. No entanto, o termo América Portuguesa se aplica a um período em que não se possuía um sentimento nacional, fazendo de nosso território uma extensão de um imenso **Império Português**.

O contexto da Colonização da América Portuguesa remete a alguns eventos importantes, tais como:

- A) O renascimento comercial da Europa a partir do século XII;
- B) O surgimento da classe burguesa no fim da Idade Média;
- C) A conquista do Império Bizantino em 1453;
- D) As transformações científicas no Renascimento;
- E) O desejo missionário europeu;
- F) O antigo interesse em chegar às Índias e às suas especiarias;
- G) O interesse na formação de um governo imperial ultramarino.

Nesse sentido, Portugal adquiriu uma mentalidade de sua época e foi beneficiado por uma série de eventos importantes, como um mito de fundação (Mito de Ourique), uma revolução política (Revolução de Avis) e condições geográficas.

Juntamente com a Espanha, Portugal lançou as grandes navegações. Parte do **pioneirismo português** deu-se a condições sócio-históricas, mas também por problemas enfrentados em outros países europeus, como França e Inglaterra. Depois que Colombo “descobriu” a América em 1492, os dois países ibéricos fizeram importantes acordos na tentativa de ocupar os espaços além-mar, como a **Bula Intercoetera** em 1493 e o **Tratado de Tordesilhas** em 1494.

Até a chegada de Cabral no território que já era de posse dos portugueses desde 1494, os portugueses ainda tinham sido pioneiros ao cruzarem o Cabo da Boa Esperança em 1488 e em chegarem à Índia em 1498.

Esses eventos fazem de Portugal um espelho para os demais países europeus. A chegada à Índia e à América Portuguesa fez Portugal priorizar o lado asiático, realizando assim o **Caminho (Carreira) das Índias**. A prioridade pela conquista asiática deu-se, pois, seus produtos já eram conhecidos no continente europeu e assim, a Coroa Portuguesa investiu uma soma de renda sobre aquele território, deixando sua possessão americana em segundo plano.

O Oceano Atlântico passou a ser a principal via de comércio do mundo conhecido, substituindo o que outrora foi o Mar Mediterrâneo. Contudo, os altos custos com as viagens à Índia, as hostilidades de nativos, a ascensão de rivais europeus e problemas na travessia fizeram com que a Carreira das Índias entrasse em declínio a partir de 1530.

Com pouca renda, a Coroa Portuguesa precisava arrumar uma forma de ocupar o espaço americano. Até então, a efetivação do domínio sobre o território era feita por meio de feitorias, fortificações colocadas no litoral. Mesmo com essas construções, ameaças de invasões de rivais europeus eram frequentes. A necessidade de fortalecer seu domínio e se manter na concorrência do período mercantilista fez com que o governo de Lisboa adotasse uma medida já tomada em suas ilhas do Açores e da Madeira: conceder a colonização e ocupação mediante particulares, iniciando o sistema de **Capitanias Hereditárias**.

O sistema de Capitanias Hereditárias não foi bem sucedido. Apenas 2 capitanias prosperaram em um modelo que prevalecia o descentralismo de poder e o isolamento territorial. A Coroa, a partir de 1549, toma o controle da sua colônia e instaura o **Governo-Geral**, modelo marcado pelo centralismo político (tendo Salvador como capital), início de uma unidade territorial e do sistema de plantation.

A terceira forma de organização do poder foi a adoção das **Câmaras Municipais**, instaladas para representar o poder português nos lugares distantes da América Portuguesa. São Vicente, em 1532, foi a primeira câmara do continente americano.

Mão de obra, cana e ouro. As origens de um poder patriarcal.

É comum os vestibulares associarem as origens do poder no Brasil por meio de privilégios de grupos em específico, no caso, o homem português, católico e latifundiário.

Remetendo ao início da colonização com as Capitânicas Hereditárias, era dever do capitão donatário colonizar, incentivar a chegada de futuros colonos, produzir, evangelizar indígenas e proteger o território. A concessão da responsabilidade foi acompanhada por uma prática de escravização dos indígenas. Por questões religiosas e econômicas, o uso forçado do trabalho indígena foi substituído pela escravidão africana.

A mão de obra africana não era apenas um interesse dos colonos proprietários de terra, mas permitiu a existência de um monopólio da venda de escravos para alguns sujeitos com o aval da Coroa Portuguesa.

Uma ponte importante nesse conteúdo pode ser feita com Gilberto Freire, em Casa Grande e Senzala, e o entendimento de uma harmonia entre as raças e a miscigenação como o sucesso da colonização. Mas será?

A mão de obra escrava era acompanhada pela produção de cana-de-açúcar e sua comercialização na Europa. De forma periférica, outras culturas econômicas eram realizadas, como a pecuária, mas nada que concorresse em grau de importância com a cana. Essa prática se dava por causa de um **Pacto Colonial** (apenas a Coroa explorava a colônia, e a colônia só comprava produtos da Metrópole), fenômeno comum na economia mundial mercantilista.

Embora a cana-de-açúcar fosse o carro-chefe da Coroa Portuguesa na América portuguesa, principal colônia do Império português, o interesse em descobrir ouro no solo americano sempre foi um anseio de Lisboa, ainda mais que as colônias espanholas forneciam metais para a Coroa Espanhola.

A crise do açúcar a partir de meados do século XVII e o contínuo interesse em conquistar os sertões da América portuguesa permitiu a descoberta do ouro no local. Embora todos reconheçam a importância da atual região das Minas Gerais, o primeiro espaço onde encontraram ouro foi no **território paranaense**. A descoberta do ouro paranaense permitiu a ocupação do primeiro planalto e o surgimento de Curitiba.

Em razão da descoberta do ouro na região das Minas Gerais por bandeirantes e a baixa retirada do metal no território paranaense, o centro econômico da colônia passou a ser a região das Minas.

Em comparação com o ciclo econômico anterior, o ciclo do ouro notabilizou-se pela mudança de capital (Rio de Janeiro), desenvolvimento urbano, crescimento populacional, centralização, integração nacional e uma inicial (mas incipiente) mobilidade social. Contudo, os mesmos grupos mantinham direitos e prestígios: **portugueses e luso-brasileiros**.

Marcado pelo dinamismo urbano e comercial, a sociedade do ouro acompanhou o surgimento de uma consciência emancipatória no episódio da **Inconfidência Mineira**, em 1789, o primeiro movimento independente da colônia. Em 1798, um fenômeno semelhante ocorreu na Bahia, a **Conjuração Baiana**, e em 1817, a **Revolução Pernambucana**, sinais que desde o fim do século XVIII a relação colônia e metrópole não era mais a mesma.

A chegada da família real portuguesa em 1808 e a abertura dos portos às nações amigas, encerrando o já falado Pacto Colonial, sinaliza para o início de nossa independência. Em 1815, Dom João VI elevou o Brasil à categoria de reino (Reino Unido de Portugal e Algarve), podendo governar todos os domínios portugueses (inclusive Portugal) estando no Rio de Janeiro. Esses dois eventos demonstram uma economia e política de bases independentes, algo confirmado em 07 de setembro de 1822.

FASE 2. BRASIL IMPÉRIO, OU SIMPLEMENTE BRASIL.

Mesmo independente, o governo brasileiro era feito por um português (Dom Pedro I), o que significou que a ruptura com Portugal foi completa no plano econômico e político, mas não no plano de governo. O próprio Dom Pedro I tinha apoio do Partido Português.

O **Primeiro Reinado (1822 – 1831)** foi marcado por um governo despótico (Poder Moderador, em 1824) e com tensões econômicas e políticas, levando Dom Pedro I a abdicar.

Em seu lugar, adotou-se o Período Regencial (1831 – 1840). Caracterizado por conflitos dos mais distintos, esses anos foram marcados por revoltas locais (Revoltas Regenciais) que aceleraram um Golpe que entregou o poder a Dom Pedro II com 15 anos de idade.

O **Segundo Reinado (1840 – 1889)** consolidou a liderança de Dom Pedro II e importantes eventos ocorreram, tais como:

- A) Início do ciclo do café;
- B) Revolução Praieira;
- C) Parlamentarismo às avessas;
- D) Tarifa Alves Branco;
- E) Lei de Terras;
- F) Questão Christie;
- G) Imigração;
- H) Republicanismo e Positivismo;
- I) Guerra do Paraguai;
- J) Leis abolicionistas;
- K) Fim do Padroado;
- L) Questão Religiosa.

A soma de fatores que acompanharam o Brasil e o mundo no século XIX fez com o país abandonasse a escravidão e o Império, últimos legados portugueses, e proclamasse a República em 15 de novembro de 1889. Esses novos tempos simbolizariam uma transformação radical feita por novos atores e com participação popular?

O historiador José Murilo de Carvalho, em **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**, aponta que na verdade a população acompanhava tudo aquilo sem entender muito o que acontecia. Nascia a República, mas não brotava um sentimento republicano. Marcas desse contexto: a não inserção dos escravos libertos, a hegemonia econômica nas mãos de um mesmo grupo e um governo feito por militares.

FASE 3. BRASIL REPÚBLICA.

A concepção política República significa coisa pública ou coisa do povo. Ademais, República pressupõe um contrato igualitário feito por Estado e Sociedade na garantia de direitos e deveres. Logo, no sistema republicano não se pode responsabilizar um único sujeito ou polo, como o rei ou o Estado. Em tese, todos acertam e todos erram. E na prática?

Como já dito, o surgimento da República no Brasil foi feito sem participação popular, mediante uma parceria que parecia forte entre exército e cafeicultores. A laicidade inicial da Constituição

de 1890 permitiu com que outras religiões tivessem liberdade de consciência, mas impedia a participação política de líderes religiosos. O federalismo introduzido também não dava direitos de votos a mulheres e analfabetos. O otimismo civil de uma República dava lugar a um governo feito por militares.

De forma didática, dividimos a história republicana brasileira nas seguintes fases:

- **República da Espada (1889 – 1894)** Governos marcados por presidentes militares, com a primeira Constituição do Brasil Republicano em 1890, com conflitos políticos e militares (Federalista e Armada).
- **República Velha (Civil Oligárquica) (1894 – 1930)** Período marcado pelo predomínio de civis na presidência, com exceção de Hermes da Fonseca (1910 – 1914). Boa parte dos presidentes era de São Paulo e Minas Gerais, visto que a partir de 1898 iniciou a política do Café com Leite.
- **Era Vargas (1930 – 1945, 1950 – 1954)** Período marcado por uma política em que o Estado interferia na economia, iniciando o ciclo da Indústria, em substituição ao café. Populista, o governo de Vargas notabilizou-se pela aprovação de leis trabalhistas, direito de voto às mulheres e educação gratuita. No entanto, seu governo teve traços ditatoriais e com o uso de meios de comunicação.
- **Pós-Vargas (1945 – 1950, 1955 – 1964)** Marcado pelo incremento na infraestrutura do país, na mudança de capital, modernização, endividamento e conflitos no contexto da guerra fria.
- **Ditadura Militar (1964 – 1985)** Período marcado pela suspensão de direitos, governos substituindo a Constituição por Atos Institucionais, investimento em infraestrutura (como estradas, pontes e prédios públicos).
- **Redemocratização (Desde 1985)** Período marcado na busca em evitar posicionamentos assumidos pelos militares. Para tanto, marca-se pelo pluripartidarismo, liberdade de imprensa e consciência, criação de uma Constituição Cidadã e alternância de poder.

GEOGRAFIA

Prof. Cheder

ORIENTAÇÃO CARTOGRÁFICA

Cardeais

Norte / setentrional / boreal.

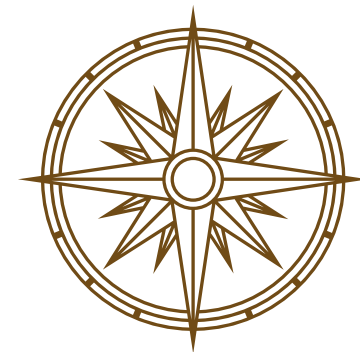
Sul / meridional / austral.

Leste / oriente / nascente.

Oeste / ocidente / poente.

Colateral: Nordeste, Sudoeste, Sudeste, Noroeste.

Subcolaterais: Norte-nordeste, Leste-nordeste, Leste-sudeste.



Orientação é um desporto individual que tem como objetivo percorrer uma determinada distância em terreno variado e desconhecido, obrigando o atleta a passar por determinados pontos no terreno descrito num mapa distribuído a cada concorrente com o auxílio de uma bússola.

Coordenadas geográficas

Coordenadas geográficas são um sistema de linhas imaginárias traçadas sobre o globo terrestre ou um mapa. É através da interseção de um meridiano com um paralelo que podemos localizar cada ponto da superfície da Terra. Suas coordenadas são a latitude e a longitude.

A abreviatura "Lat. " corresponde à "Latitude", enquanto a abreviatura "Long. " corresponde à "Longitude". Note que as longitudes determinam os fusos horários mundiais, enquanto as latitudes determinam os tipos de clima da Terra, devido à incidência dos raios solares.

O GPS (Sistema de Posicionamento Global) informa nossa localização de acordo com as coordenadas de Latitude e Longitude. Portanto, a sobreposição destas duas linhas imaginárias determinam a posição de uma coordenada geográfica, da qual as principais referências são: a Linha do Equador e o Meridiano de Greenwich.

Paralelos: são linhas imaginárias paralelas ao plano do Equador sobre a superfície terrestre. O Equador é considerado o paralelo de origem.

Meridianos: são arcos ou semicírculos de 180° que se estendem de um polo a outro. Para cada meridiano existe seu antimeridiano. O Meridiano de Greenwich, por uma convenção, escolheu-se como meridiano inicial.

Os movimentos da Terra

Nosso planeta executa diversos movimentos, tais como: a rotação, a translação, a precessão e a nutação. No entanto, apenas dois desses movimentos são normalmente conhecidos e percebidos pela grande maioria das pessoas. São eles: a rotação e a translação.

Movimento de rotação: consiste em um giro de 360° que a Terra faz em torno de seu eixo imaginário, de oeste para leste, a uma velocidade de 1.674 km/h. Como consequência desse movimento, temos a sucessão dos dias e das noites. Ao contrário do que se vê no movimento aparente do Sol, a rotação ocorre de oeste (W) para leste (E). Esse movimento acarreta também no abaulamento do Equador e achatamento dos polos.

Movimento de translação: consiste em uma rota elíptica que a Terra executa em torno do Sol. Uma translação completa leva 365 dias, 5 horas e 48 minutos. As horas e minutos retirados serão somados ao final de quatro anos e darão origem aos anos bissextos. O movimento é ainda responsável pela existência das quatro estações do ano, que é um resultado direto de dois fatores conjugados: a existência do eixo inclinado da Terra somado ao movimento de translação.

Fusos horários

O sistema de fusos horários foi estabelecido a partir da divisão dos 360° da esfera terrestre pelo número de horas que ele gasta para dar um giro completo em torno de seu eixo, ou seja, 24 horas.

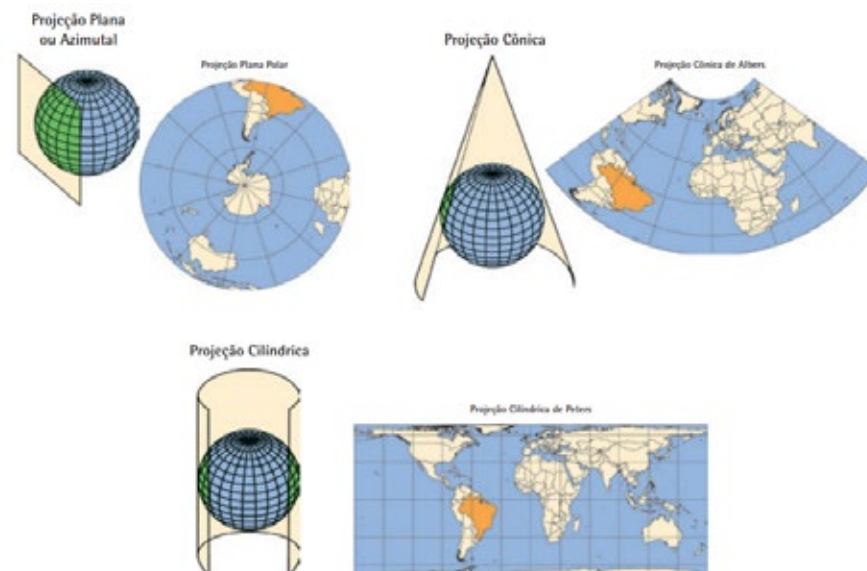
A cada 15° , indica que a terra gira 1 hora pelo movimento de rotação, de oeste para leste.

Resultados de fusos horários: as horas aumentam para leste e diminuem para oeste; cada 15° equivale a uma hora e um fuso; cada 1° equivale a quatro minutos; cada 1° na linha do Equador equivale a 111 km; total de vinte e quatro fusos.

Projeções cartográficas

São classificadas, principalmente, quanto à superfície de projeção e às propriedades:

- Quanto à superfície de projeção: podem ser projeções planas, cônicas ou cilíndricas, quando forem utilizadas as superfícies de um plano, cone ou cilindro como base para planificar a esfera terrestre. Os exemplos abaixo demonstram a transformação da superfície terrestre em uma superfície plana com auxílio das superfícies de projeção.



Fontes: IBGE, Departamento de Geociências, Coordenação de Cartografia; e Dana, P. H. Map projection overview. Boulder: University of Colorado, Dept. of Geography, 2000.

- Quanto às propriedades: podemos minimizar as deformações ocorridas pela planificação da superfície terrestre no que diz respeito às áreas, aos ângulos ou às distâncias, mas nunca aos três simultaneamente. Os exemplos abaixo mostram a possibilidade de alterar as projeções para o Brasil de acordo com as propriedades.

Na projeção equivalente, não alteram-se as áreas, conservando, assim, uma relação constante com a sua correspondência na superfície terrestre. Na projeção conforme, não há deformação dos ângulos em torno de quaisquer pontos. Já na projeção equidistante, os comprimentos são representados em escala uniforme.

As principais projeções cartográficas são as de Mercator, Miller, Berhmann e Robinson. Projeção de Mercator: é uma projeção conforme cilíndrica. Projeção de Miller: é uma projeção equivalente cilíndrica. Projeção de Berhmann: é uma projeção equivalente cilíndrica (não possui nenhuma superfície de projeção, porém apresenta características semelhantes às da projeção cilíndrica). Projeção de Robinson: é uma projeção afilática (não é conforme ou equivalente ou equidistante) e pseudocilíndrica (não possui nenhuma superfície de projeção, porém apresenta características semelhantes às da projeção cilíndrica).

Estruturas de relevo

A crosta terrestre pode ser classificada de acordo com sua origem, processo de formação geológica e tipo de rocha. A essa classificação damos o nome de estrutura geológica. Existem três grandes províncias geológicas: escudos cristalinos, dobramentos modernos e bacias sedimentares. Os escudos cristalinos são estruturas antigas, formadas durante a era Pré-Cambriana. Os escudos são constituídos de minerais metálicos (ferro, manganês, ouro) e não metálicos (quartzo, ardósia). No Brasil, os escudos cristalinos correspondem a 36% das estruturas da superfície. A região do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, que possui importantes reservas de ferro, é um escudo cristalino, localizado na região da Serra do Curral, da Serra do Ouro Branco, da Serra da Moeda, da Serra do Caraça e início da Serra do Espinhaço. Os dobramentos modernos são as estruturas mais elevadas, instáveis e recentes que existem na superfície. Essas estruturas são formadas basicamente por movimentos orogênicos, isto é, possuem relação com os eventos geológicos que ocorrem nos limites das placas tectônicas. Por estar localizado no centro de uma placa, o Brasil não possui dobramentos modernos. As bacias sedimentares são áreas rebaixadas da crosta, submersas ou não, preenchidas por grãos de minerais, fragmentos de rochas e sedimentos orgânicos (restos de animais e vegetais, conchas,

recifes etc.). Ao longo de milhares de anos, essas partículas são transportadas e depositadas nas bacias por meio da ação dos ventos, da água, pelo transporte de animais ou por qualquer outro agente que realiza a transposição. No Brasil, as bacias sedimentares recobrem 64% das terras emersas. As bacias são de grande importância econômica, pois dão origem aos combustíveis fósseis. Ao longo do processo de deposição dos sedimentos, materiais orgânicos acumulam-se em áreas de bacias sedimentares e, em condições especiais de temperatura e pressão, dão origem ao petróleo, carvão mineral e gás natural.

Exercícios:

1.(PSS-UEPG 2014) – Com relação às coordenadas geográficas – paralelos e meridianos –, assinale o que for correto.

- 01) O equador, o paralelo principal, divide a Terra em hemisférios Setentrional e Meridional, enquanto o meridiano de Greenwich e o seu antemeridiano dividem a Terra em hemisférios Oriental e Ocidental.
- 02) Os trópicos localizam-se entre o equador e os círculos polares da Terra.
- 04) Os círculos polares estão localizados entre os trópicos e os polos terrestres.
- 08) A latitude é definida pelos paralelos, enquanto a longitude é definida pelos meridianos.

2. Os diferentes tipos de províncias geológicas revelam as diferentes feições do relevo enquanto expressões das diferentes temporalidades que marcam o passado geológico do planeta Terra. Por seus processos formativos, as estruturas geológicas com condições mais favoráveis à formação de combustíveis fósseis são:

- A) as bacias sedimentares
- B) os maciços antigos
- C) as plataformas cristalinas
- D) os dobramentos antigos
- E) os dobramentos modernos

FILOSOFIA

Prof. Biro

Filosofia política

Entende-se política como a participação do sujeito na sociedade. Em suma, contratos sociais sintetizam uma vida política. Aristóteles dizia que o homem por ser gregário era um animal político, isto é, realiza acordos na sociedade em que vive. Platão afirmava que quem não se interessava por política era governado por aqueles que tinham interesse em ter o poder. Em suma, ou nos interessamos por política ou somos governados e estamos submetidos a feitos sem nosso consentimento ou conhecimento.

A trajetória política dos últimos séculos se organizou das seguintes formas:

ESTADO MODERNO > ESTADO ABSOLUTISTA > CONTRATUALISTAS ILUMINISTAS > ILUMINISTAS > REVOLUÇÃO FRANCESA > IDEIAS E CONCEPÇÕES DE DIREITA E ESQUERDA > REPÚBLICA E DEMOCRACIA

Vejamos a trajetória de nossa construção política:



Para Maquiavel, amor e temor devem fazer parte da prática política. O governante deve sempre buscar o amor de seus súditos, mas quando preciso e necessário, usar o temor.

1. Nicolau Maquiavel e o Estado Moderno.

Um dos grandes nomes do Renascimento, o italiano Nicolau Maquiavel (1469 – 1527), foi um importante diplomata e escritor dos séculos XV e XVI. Influenciado pela concepção de Teoria dos Dois Reinos da Escolástica, Maquiavel é tido como o precursor dos estudos políticos, especialmente pelas suas obras *Tito Lívio* e *O Príncipe*, caracterizados por retratarem o poder.

O pensamento de Maquiavel (que não é maquiavélico) é pela instrumentalização de uma ética de governo que rompe com a trajetória cristã. O rei cristão tinha uma ética para salvar a sua alma; em Maquiavel, o papel do rei é salvar a cidade, os súditos e sua autoridade, mesmo que precise utilizar de ferramentas não convencionais. Essa ética republicana retornou a conceitos da religião pagã, por isso caberia ao rei realizar meios para alcançar seus objetivos enquanto governante, nascendo a ideia “que os fins justificam os meios”.

Deve enfatizar que o contexto das obras de Maquiavel era de crise do comércio no Mediterrâneo e ascensão de Portugal e Espanha nas grandes navegações. Para Maquiavel, era necessário uma organização e concentração republicana do poder real. Esse republicanismo se dava pelas condições de aliança da burguesia (interesse em moeda, peso etc.) e da aristocracia (aumento de poder).

O rei, para Maquiavel, deveria ter dois atributos: virtú e fortuna. A virtú era a capacidade de coragem, ousadia, destemor ao passo que a fortuna referia-se a um bom momento, boa ocasião e até mesmo sorte. Contudo, de nada adiantava um governo em um momento oportuno se o rei fosse inepto ou covarde. Assim, a virtú deveria sobrepôr-se a fortuna.

A concepção de poder em Maquiavel contribuiu para uma secularização, racionalização e laicização da sociedade moderna.

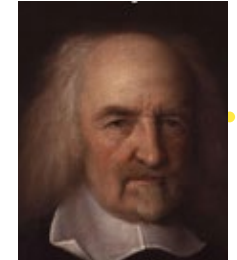
2. Thomas Hobbes e o Estado Absolutista.

O inglês Thomas Hobbes (1588 – 1679) é tido como o pai do Estado Absolutista, que pode ser definido como uma maior concentração de poder na figura do rei, que se reflete na própria existência do Estado. O monarca é o poder e o poder é o monarca.

O Absolutismo se caracteriza por um fortalecimento do papel da nobreza no poder, fazendo com que a burguesia perdesse participação e estagnasse em suas pretensões de fazer parte do poder.

Thomas Hobbes presenciou em solos europeus, e sobretudo inglês, um dos maiores conflitos religiosos do século XVII: a Guerra dos Trinta Anos (1618 – 1648). Em meio à barbárie e às disputas que norteavam o mundo europeu e colonial, Hobbes entendeu que a violência era um traço da humanidade e que o homem era mau por natureza. Diante disso, Hobbes entendeu que era necessário a existência de um Estado com poder concentrado, mediante a concessão da liberdade pelos súditos a levar o homem do estado de natureza ao estado de civilidade. Nascia assim o modelo de Estado Absolutista, em sua obra central: *Leviatã*.

A concepção de *Leviatã* é uma referência ao monstro marinho da tradição judaico-cristã de aparência de forma poderosa. Para Hobbes, *Leviatã* político deveria ser baseado em um estado monárquico, que puniria aqueles que desobedecessem ao contrato social. Hobbes torna-se assim o primeiro contratualista.



Segundo Hobbes, o homem é o lobo do homem. Em detrimento da maldade humana, apenas o Estado poderia levar o homem da condição de natureza para a de civilidade.

No contrato social de Hobbes:

Estado → Forneceria segurança aos súditos

Sociedade → Forneceria liberdade ao Estado em troca de segurança

É importante salientar que a concentração do poder apresentada por Hobbes fazia parte de um complemento a concepções de Jean Bodin e Jacques Bossuet, que afirmavam que o rei tinha poder pela vontade divina, ou como dizia o rei francês Luís XIV: **L'Etat C'Est Moi** (O Estado sou eu).

Liberalismo, Contratualismo e Iluminismo: as críticas ao poder Absolutista.

A política do Absolutismo foi acompanhada na economia da Idade Moderna conhecida como Mercantilismo. A prática mercantilista tinha como pilares a existência de um mercado colonial, protecionismo e balança comercial favorável. Assim, possuir colônias constituía-se como algo vantajoso às Metrôpoles pois fortalecia o poder absoluto real e dava condições para o desenvolvimento da burguesia. A aliança Absolutismo e Mercantilismo deu origem ao conceito Antigo Regime.

Ainda que a burguesia auferisse ganhos com a prática mercantilista, a crescente necessidade de livre circulação de mercadorias fez com que lentamente a mentalidade protecionista dos Estados absolutistas fosse colocada em xeque pela classe burguesa. Além disso, a burguesia não tinha participação política, não votavam e ficavam à mercê das decisões tomadas pela nobreza e clero, que tinham seus poderes desde o período medieval. Embora a Idade Média tenha-se encerrado em 1453, o imaginário medieval ainda era presente nas relações de poder e privilégios da Idade Moderna.

Foi nesse cenário de transformações que as limitações impostas pelo Estado absolutista passaram a ser questionadas. Surgiu dessa forma os ideários que permearam o movimento Iluminista.

1) O liberalismo de John Locke e Adam Smith.

Embora a Revolução Francesa (1789) seja o grande evento do Iluminismo, não foi na França que as ideias das luzes surgiram, mas sim na Inglaterra. A sociedade inglesa havia passado por conflitos

religiosos (Guerra dos Trinta Anos) e políticos (Guerra Civil). Desde o começo do século XVII, havia se tornado uma das grandes potências marítimas da Europa, com uma burguesia em expansão e cada vez mais o presente. O próprio Renascimento, em sua última fase – Cinquecento (século XVI), teve na Inglaterra seu grande centro.

Foi nesse cenário que as concepções de liberdade individual surgiram e foram sementes para o terreno Iluminista que iria nascer. Chama-se a noção de defesa à liberdade individual de **Liberalismo**.

O inglês **John Locke** (1632 – 1704) é considerado o pai do Liberalismo. Locke introduz o conceito de Direito Natural, teoria que afirma que o homem deve ser livre pelo nascimento, contrariando as concepções do Antigo Regime, em que as pessoas eram presas no nascimento ao estamento que faziam parte.

Sua principal obra, **Ensaio sobre o entendimento humano**, traça uma perspectiva da vida humana pela liberdade e pela experiência, o que faz de Locke também um ser empirista. Na verdade, as ideias de natureza, liberdade e produção de riqueza estão intrínsecas no pensamento do Liberalismo Clássico.

A liberdade a que Locke apregoa envolve as questões de política, consciência e economia, razão pela qual Locke defende a liberdade a posse da propriedade privada. Contrário aos abusos do Absolutismo, Locke vislumbra na liberdade e diminuição das atribuições do Estado a existência de uma tolerância.

Influenciado pelas ideias de John Locke, o escocês **Adam Smith** (1723 – 1790), acentuou a defesa pela liberdade econômica com a obra **A riqueza das nações**, principal obra de oposição ao Absolutismo. Smith, pai do liberalismo econômico, é responsável direto pela teoria que fortaleceu o surgimento do capitalismo.

Segundo Smith, a economia e o trabalho são naturais e por isso a economia deveria circular livremente, sem interferência do Estado, que no pensamento smithiano seria **antinatural**. O Estado não gera riquezas, mas sim retira, ao passo que a economia livre gera riqueza, pois sobretudo há uma soma de interesses: **“Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelos próprios**

interesses. Apelamos não à humanidade, mas ao amor próprio, e nunca falamos de nossas necessidades, mas das vantagens que eles podem obter.”

Para Smith, a riqueza é natural e por isso o trabalho antecede a existência da propriedade privada. A naturalização da economia faz com que Smith afirme na existência de uma “mão invisível” do mercado, visto que é a economia que determina os preços e a demanda. A única função do Estado, para Smith, seria garantir a liberdade do sujeito e da propriedade privada.

A concepção de liberdade econômica se traduz em uma concepção da fisiocracia (concepção de que a verdadeira riqueza estava no campo): laissez faire, laissez aller, laissez passer, “deixai fazer, deixai ir, deixai passar”.

Escola Austríaca.

Em fins do século XIX e começo do século XX, surgiu na Áustria uma corrente econômica que defendia um retorno aos pressupostos teóricos de uma economia livre proposta por Smith, no século XVII. Para esses autores, teria ocorrido uma crescente interferência do Estado na economia por causa das críticas feitas pelas teorias de século XIX aos acontecimentos da Revolução Industrial. Assim, na década de 1930, nomes como Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek pautavam-se pelas críticas ao Socialismo, ao Capitalismo de Estado e ao Estado de Bem-Estar social.

1) Contratualistas iluministas: Montesquieu, Voltaire e Jean Jacques Rousseau.

Em simultâneo aos ideários do Iluminismo, o contratualismo das luzes também teceu críticas ao contratualismo hobbesiano. Isso deu-se em virtude de uma disseminação dialética de ideias e desgaste do Antigo Regime.

O barão de **Montesquieu** (1689 – 1755), aristocrata francês, tornou-

se conhecido por dedicar-se ao estudo das leis, além de propor uma forma de racionalização do poder monárquico. Contribuiu para a **Enciclopédia** de Diderot e D’Alembert, mas tornou-se conhecido pela sua obra-prima **O espírito das leis**.

Segundo Montesquieu, as leis existem para garantir liberdade aos indivíduos, ao passo que também impor limites quando os direitos alheios são interferidos pelos nossos atos. Montesquieu argumenta que as leis representam um clima, espaço e tempo, e por isso devem ser criadas baseadas no momento em questão.


O poder deveria ser **tripartide**, isto é, dividido em três partes iguais: executivo, judiciário e legislativo. De acordo com Montesquieu, isso inibiria a concentração do poder nas mãos de uma única pessoa, além de otimizar (dar dinamismo) às decisões. Para ele, apenas o poder poderia frear o poder.

Montesquieu aponta para a existência de três formas de governo: Monarquia, Despotismo e República. Na primeira, o poder se baseia pela honra. Na segunda, nas mãos de uma só pessoa. Na terceira, nas mãos de muitos. Contudo, Montesquieu defende que a melhor forma de governar se dava por meio da Monarquia Constitucional.

Voltaire (1694 – 1778) tornou-se conhecido por uma frase que lhe é atribuída: “discordo de você, mas defenderei até a morte o teu direito de dizê-lo”. Sendo de Voltaire ou de seus biógrafos, a frase sintetiza a filosofia do autor francês em busca de uma sociedade mais tolerante. Para tanto, destaca-se sua obra **Tratado sobre a tolerância**.

Crítico dos privilégios da nobreza e da aristocracia, Voltaire foi preso e teve que exilar-se na Inglaterra, onde teve contato com o liberalismo de John Locke. Voltaire defendia os valores da ciência e da razão como um progresso e ironizou o pensamento de Rousseau de querer retornar ao estado de natureza. A concepção de Voltaire sobre tolerância colaborou (juntamente com outros filósofos) ao nascimento de ideários após a Revolução Francesa, como **isonomia (direitos iguais)**.

Jean Jacques Rousseau (1712 – 1788) foi o mais radical dos contratualistas. Ao contrário de Hobbes, Rousseau defendia que o homem nascia bom, a sociedade que o corrompia. Mas se a



sociedade é feita pelos homens, como isso seria possível? Segundo Rousseau, a existência da propriedade privada era a base da maldade humana, gerando desigualdade entre os homens e violência.

Sua principal obra **Do contrato social**, trata da questão Estado e Sociedade em uma relação direta: o poder pertencente unicamente ao povo, o que se denomina **democracia direta**. Ao contrário de Voltaire e Montesquieu, Rousseau propõe o modelo republicano como forma ideal de governo.

Em **Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens**, Rousseau apontou que no início da humanidade o homem vivia em estado de natureza, inocente, basicamente um bom selvagem. Gradativamente, alguém se apossou da propriedade sem consentimento coletivo, dando origem a sociedade civil. Assim, para garantir a proteção a propriedade, o homem criou instituições e valores que cercearam o comportamento selvagem, como o Estado (criado para garantir a posse da terra para alguns), a Religião (para impor medo ou recompensa), a Família e outros.

Como a sociedade civil foi fruto de um roubo, na concepção de Rousseau, o homem deveria voltar ao estado de natureza e a única forma disso acontecer era por meio do controle de todas as extensões da vida, como economia e política.

Contudo, a impossibilidade de o homem retornar ao estado de natureza seria amenizada pela criação de leis que refletissem a vontade geral de todo o povo, e não unicamente do soberano. Rousseau afirmou que o **“homem nasce livre, mas se encontra por todas as partes acorrentados”**, fazendo uma crítica ao culto ao progresso e a ciência.

Em sua obra **Emílio**, Rousseau enxerga na educação uma forma de levar os indivíduos à superação dos instintos e egoísmos em benefício a uma sociedade mais plural coletiva.

SOCIOLOGIA

Prof. Biro

ORIGENS:

Após as Revoluções Burguesas, a saber:

Industrial (1765) e Francesa (1789).

No entanto, antes do surgimento da Sociologia os homens produziam formas de conhecimento. Chamamos o período que antecede à Sociologia de Pensamento Social.

O QUE É SOCIOLOGIA?

A Sociologia é uma ciência voltada para compreender a sociedade. Para tanto, usa métodos específicos que permitem o surgimento de várias correntes e pensadores.

AUGUSTO COMTE E O POSITIVISMO

Primeira escola sociológica, o Positivismo também é conhecido como Física Social. Esse nome é utilizado devido à influência que as Ciências Naturais, como a Biologia, Química e a própria Física tiveram no surgimento desse pensamento, no final do século XVIII e começo do século XIX.

O Positivismo acredita que todo desenvolvimento científico tem como meta o progresso moral e político do sujeito. Inserido em um cenário de expansão do Capitalismo, Indústria e Ciência, o Positivismo é fortemente apegado à Razão e Ciência, e por isso nega a Religião e a Metafísica.

Dessa forma, o Positivismo acredita em um progresso voltado pela ordem, ao que chamamos de Estática e Dinâmica Social. Esse conceito influenciou muito os brasileiros do século XIX, especialmente o militar Benjamin Constant, que influenciado por um espírito positivista, lutou pela Proclamação da República no Brasil.

A LEI DOS TRÊS ESTADOS

Conceito fundamental no Positivismo, essa lei aponta para um sentido teleológico (liga uma coisa a uma causa, isto é, ruma em direção a um fim específico), a saber:

• O primeiro estado é o teológico.

Todas as explicações se baseiam na crença em deus ou deuses.

• O segundo estado é o metafísico.

Metafísica é aquilo que “escapa a nossa realidade”. Ou seja, não se tem tanta objetividade na explicação para as coisas do mundo. Usa-se noções psicológicas para se entender a realidade: ou seja, Universo, Natureza, Providência.

• O terceiro estado é o positivista.

Seria o estágio perfeito, onde os fatos seriam severamente analisados. Tudo se explicaria pela Ciência e pela Razão.

ÉMILE DURKHEIM E O FUNCIONALISMO

Um dos maiores nomes da Sociologia, Durkheim desenvolveu o importante conceito de Fato Social. **Fato Social** é toda e qualquer realidade encontrada no tempo ou no espaço: religião, Estado, linguagem, uniforme etc.

A noção de Fato Social valoriza o coletivo e não o indivíduo. Isso ocorre, pois todo Fato Social é:

- Externo: algo que vem de fora para dentro e quando nascemos já existia.
- Geral: atinge todas as pessoas da sociedade.
- Coercitivo: algo imposto, obrigatório.

O idioma de um país é um Fato Social, pois quando nascemos já existia (externo), todos falavam (geral) e somos obrigados a aprender para conviver (coercitivo).

As instituições são fundamentais para o surgimento e fortalecimento dos Fatos Sociais. Isso ocorre, pois sempre temos relacionamentos institucionais: família, escola, igreja etc.

KARL MARX E O MATERIALISMO HISTÓRICO

Pensador alemão do século XIX, Marx tem conceitos que se estendem até os dias atuais. Sua principal obra, O Capital, escrita em 1867, provocou divisões entre seguidores (marxistas) e críticos.

Marx acredita que os indivíduos são identificados pelo lugar que ocupam na economia. Na sociedade capitalista, Marx afirma que há apenas duas classes: **burguesia e operários**. A primeira é dona dos meios de produção. A segunda está dentro dos meios de produção. Essa condição é razão para a existência de uma **luta de classes**, afirma Marx.

Segundo Marx, quanto mais lucros os operários produzem para a burguesia, mais explorados são. Marx acredita que essa contradição será percebida pelos operários que tomariam o poder, provocando uma ruptura com o sistema capitalista e o surgimento de uma sociedade sem classes, o **Socialismo**.

Ao analisar o Capitalismo e o Socialismo, Marx procura entender como a humanidade chegou a esse estágio. Assim, observando o início das relações produtivas, Marx criou o conceito **Modos de Produção**. Segundo ele, em todos os modos de produção houve conflitos entre quem dominava a economia e entre quem era dominado. Surge assim, a frase que “a história da humanidade é a história da luta de classes”.

MAX WEBER E A SOCIOLOGIA COMPREENSIVA

Weber, autor alemão dos séculos XIX e XX, procurou compreender a sociedade capitalista, e não interferir como fez Comte e Marx. Para tanto, questiona o porquê de o capitalismo ter surgido no Ocidente e em países protestantes.

Ao estudar as origens do capitalismo, Weber afirma que entre os séculos XVI e XVII havia uma ética protestante que provocou no século XVIII o espírito do capitalismo. A ética protestante valorizava o trabalho como forma de agradar a Deus e ser salvo. Essa ética pautada pelo pensamento calvinista fez com que, nesses dois séculos, os protestantes poupassem dinheiro, sendo isso o espírito do capitalismo, ou seja, acumulação de capital.

Essa análise levou Weber a cunhar o termo **Tipo Ideal**, que pode

ser compreendido como o indivíduo que se “encaixa” no tempo e no espaço com alguma prática. É bom ressaltar que essa noção **não tem conotação positiva, negativa ou de valor, mas sim NEUTRA.**

Outro importante conceito de Weber é sobre o Estado. Para ele, o Estado possui o **Monopólio da Força Legítima.** O que seria isso? Segundo Weber, o Estado tem seu poder reconhecido pela população em um dado território. Esse monopólio se dá pelo poder das leis e das forças policiais.

CULTURA

Um dos termos mais amplos, a noção de cultura é enorme. Podemos dizer que cultura é aquilo que se cultiva (uma cultura econômica, por exemplo, como soja, café, cana etc.) e que identifica as pessoas pelas tradições, costumes, leis, moral etc.

Nesse sentido, é importante ressaltar que não existe cultura superior e nem pura.

Nos estudos culturais, observa-se os seguintes comportamentos:

- **Etnocentrismo.** Quando um grupo se coloca no centro de tudo e julga os demais pelos seus critérios. Para esse grupo, apenas a própria cultura é válida.
- **Xenofobia.** Medo ou aversão a estranhos. Essa prática ocorre quando um grupo tem repulsa por quem vem de fora. Para os praticantes de xenofobia, o diferente pode corromper as tradições.

MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA

A democracia traz à tona três tipos de direitos:

- **Civis: direito de expressão, ir e vir.**
- **Políticos: votar e ser votado.**
- **Sociais: educação, saúde, acesso à renda.**

No entanto, nem sempre todos esses direitos são alcançados de forma natural. Nesse sentido, ao lutar pela democracia e isonomia (direitos iguais) surgem os movimentos sociais.

Os movimentos sociais podem ser divididos em geral ou específico. Geral é quando tem uma causa coletiva, como, o combate a corrupção. Específico quando luta pela identidade de determinado grupo, tais como: Negros, Feministas, LGBT'S, Operários, Sem-terra, Sem-teto, Ambiental etc.

Segundo Alain Touraine, sociólogo francês, os movimentos sociais são a melhor expressão de democracia e cidadania, pois expressam três princípios:

- **Identidade: uma causa que une os sujeitos.**
- **Exclusão: afirmam quem historicamente não foi afirmado.**
- **Totalidade: é essencial para a democracia, pois estende direitos a todos os sujeitos.**



Unicesumar
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA